

1 Ata da Reunião ordinária do Conselho Administrativo. Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil  
2 e dezesseis, às nove horas, inicia-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo, na sala de  
3 reuniões da CAAPSML, sito à Avenida Duque de Caxias nº 333, contando com a presença do  
4 Superintendente Denilson Vieira Novaes, dos conselheiros Marcello Alessandro Pessa Miranda Lima,  
5 Ana Paula Pereira, Karen Bettina Ikeda de Ortiz, Luiz Evaldo da Silva Ferreira, Daniela Dias Augusto,  
6 Gilberto Alves de Lima e a secretária Solange Magro.

7 Pauta:

- 8 1. Política de Investimentos exercício 2016;
- 9 2. Ofício nº 150/2016-Projeto de lei – manifestação do conselho para comissão de justiça  
10 da Câmara;
- 11 3. Ofício nº 001/2016-Conselho Fiscal-relatório de demonstrativos contábeis, financeiros  
12 e patrimoniais dos fundos de Previdência, Saúde e Órgão Gerenciador

13 ROCESSO DE RECURSO

PROCESSO	INTERESSADO	ASSUNTO
10562/2016		14 Revisão do processo nº 8661/2016-solicitação de 15 liberação para medicação para tratamento de 16 quimioterápico

17 A reunião teve início com a análise do processo de recurso nº 10562/2016 solicitando medicação  
18 quimioterápica para seu dependente. Sendo que após ampla análise do processo os membros do  
19 Conselho autorizaram o uso da medicação de acordo com a solicitação do médico assistente. Em  
20 seguida o Superintendente informou que a Secretaria de Governo colocou a necessidade de uma  
21 manifestação do Conselho Administrativo e do Sindiserv, em relação a alteração da Lei propondo a  
22 transferência de todas as aposentadorias por invalidez e todas as pensões do Fundo Financeiro para o  
23 Fundo Previdenciário concedidas até 31/12/2014, sendo necessário para a Comissão de Justiça da  
24 Câmara para dar andamento no processo. Denilson informou que para a comissão de Justiça basta  
25 apenas que o Conselho se manifeste que conhece o processo e que não tem óbice. Denilson informou  
26 que o economista Cezar Henrique Ramos, apresentou um relatório financeiro e que até o final do ano  
27 será necessário 10 milhões para o pagamento de 13º salário. Denilson informou que para o ano de  
28 2017 estima-se que o aporte será ser de 60 milhões. Denilson informou que se for aprovada a  
29 segregação de parte das aposentadorias por invalidez e pensões para o fundo Previdenciário, estima-se  
30 que o aporte será ser de 50 milhões. Disse ainda que a Câmara irá solicitar mais uma Audiência  
31 Pública para tratar do assunto. A Conselheira Ana Paula questionou se houve manifestação do  
32 Ministério da Previdência e o Superintendente disse que foi encaminhado mais um documento para o  
33 Ministério em Dezembro/2015 e no final de janeiro, que o Ministério da Previdência entrou em  
34 contato por telefone solicitando mais informações a respeito da proposta, porém sem dar o parecer  
35 favorável ou desfavorável. Denilson informou que acredita que a Secretaria de Governo deve enviar o  
36 projeto à Câmara, mesmo sem ainda ter a autorização do Ministério da Previdência, devido a grande  
37 crise em que a Administração Direta esta atravessando e seguirá para o ano de 2017. Ana Paula  
38 questionou com relação ao Parecer da PGM. Denilson informou que o parecer da PGM já foi feito e  
39 vem junto ao projeto. Marcello questionou se a proposta da Lei é exatamente o mesmo apresentado  
40 pelo Conselho em março/2015. Denilson informou que sim. Os conselheiros solicitaram o Parecer da  
41 PGM, o despacho do Conselho na Proposta de Lei. O Conselheiro Luiz Evaldo fez a leitura de seu  
42 estudo a respeito das aplicações financeiras em Banco Públicos. Ficando a Política de Investimentos  
43 para ser analisada na próxima reunião. Denilson informou que o quadro de aplicações proposto na  
44 Política de Investimentos é muito conservador, disse que o Comitê entende que a Caapsml tenha  
45 opções de aplicar em outros Bancos, não significando que serão aplicados os recursos, porém que o  
46 Comitê pode estudar formas de investimentos em outros Fundos. Denilson apresentou exemplos de  
47 aplicações de outros RPPS de Joinvile, Curitiba, em fundos diferenciados, ou seja, bancos privados.  
Quanto ao Ofício nº 001/2016 do Conselho Fiscal o presidente do Conselho propôs que seja analisado  
na próxima reunião. A próxima reunião ordinária marcada para o dia 11 de fevereiro de 2016 às nove